

## **“VIA PRUSSIANA” E “REVOLUÇÃO PASSIVA” NO PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO: TRANSPOSIÇÃO AJUSTADA OU DECALQUE?**

VLADMIR LUIS DA SILVA\*

O objetivo deste trabalho consiste em indagar uma dada teorização da via de *constituição histórica* da formação social brasileira. Mais concretamente, visamos ao acompanhamento *crítico* dos conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva” utilizados pelo pensador baiano Carlos Nelson Coutinho na compreensão de nossa história, bem como das estratégias políticas daí divisadas, questões que dão sequência a alguns dos debates mais importantes da esquerda brasileira, aqueles acerca da natureza de nossa particularidade histórica e de seus possíveis equacionamentos.

Nascido a 28 de junho de 1943 na cidade de Itabuna, interior do estado da Bahia, Carlos Nelson Coutinho transferiu-se cedo com a família para a capital Salvador, onde deu início a sua multifacética jornada de formação intelectual. Ainda na adolescência (aos 13 ou 14 anos), descobriu

na estante do pai, o advogado, poeta e três vezes deputado estadual pela UDN, Nathan Coutinho (1911-1991), os célebres *Manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels. Estas leituras despertaram no jovem o desejo de fazer política e o tornaram de imediato um adepto do comunismo. A fim de dar vazão a seus anseios políticos, Coutinho entra para a faculdade de direito da Bahia, em 1961. Graças à ação da Juventude Universitária Católica e do PCB, esse era o local próprio para aqueles que à época desejavam exercitar sua militância, daí o jovem comunista ter ingressado, ao mesmo tempo, na agremiação pecebista, da qual só sairia em 1982.

Desenvolve seus estudos na Bahia da virada das décadas de 50/60, um período marcado, segundo o próprio Coutinho, por um forte florescimento cultural. Apesar de ser considerado “autoritário”, o então reitor Edgar Santos fomentou a produção e difusão cultural na Universidade da Bahia, inclusive trazendo nomes como os do ensaísta Luiz Carlos Maciel e o músico Hans J. Koellreuter. Outra atuação destacada por Coutinho foi a da arquiteta Lina Bo Bardi, que foi à Bahia para organizar o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte Popular. Bo Bardi foi, depois de Paulo Farias, professor de Coutinho no terceiro colegial, a segunda pessoa a falar de Gramsci para o jovem estudante. Já na Universidade, Coutinho tornou-se amigo de Caetano Veloso.

Em 1961, no número 16 da revista *Ângulos*, editada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade em que Coutinho estudava, apareceu seu ensaio de estreia, *O processo das contradições e a revolução brasileira*. Nele o jovem estreante já expressava sua preocupação com as questões da modernização de nossa sociedade, um tema que o acompanha, implícita ou explicitamente, desde então. Na mesma época, em uma de suas viagens anuais ao Rio de Janeiro, Coutinho conheceu Leandro Konder, amigo que o apresentaria a editores cariocas e o colocaria em contato postal com o filósofo húngaro Georg Lukács, intelectual marxista de cuja obra o jovem baiano tomou conhecimento através do livro *História e consciência de classe*.

De acordo com o relato do pensador baiano, logo no segundo ano o curso de direito ficou “chato”, com os estudos sobre direito penal, civil, etc., e decidiu então migrar para a filosofia, ambiente no qual não encontrou nenhuma figura de referência entre os docentes. Terminou o curso em 1964, mas apenas com o título de bacharel, pois com a pressão do golpe militar Coutinho passou praticamente todo aquele ano no Rio de Janeiro tentando evitar a prisão.

Em 1965 optou por morar definitivamente na capital carioca. Apesar de ter conseguido a transferência de seu cargo no Tribunal de Contas, obtido graças à condição de conselheiro daquela instituição exercida por seu pai, Coutinho não assumiu seu posto na nova cidade. Recorreu então ao trabalho de tradutor, uma das áreas nas quais sua atividade foi mais profícua (em entrevista recente, o autor afirma que realizou cerca de 90 traduções).

Devido ao acirramento da perseguição à sua esposa no trabalho e ao próprio em sua antiga casa, Coutinho decidiu, em março de 1976, refugiar-se em Bologna. Ficou um ano e meio na Itália, cerca de três meses em Portugal e um ano em Paris. Regressou ao Brasil em 23 de dezembro de 1978. No último período, sob o pseudônimo de Josimar Teixeira, foi um dos principais colaboradores da *Voz operária*, periódico pecebista editado no exterior e distribuído clandestinamente no Brasil.

Em 1979, no número nove da revista *Encontros com a civilização brasileira*, Coutinho lançou o ensaio que colocou seu nome em quase todas as rodas de discussão na esquerda brasileira, “A democracia como valor universal”. Se em seu período pré-refúgio o jovem filósofo baiano havia direcionado seu intuito de fazer política ao âmbito estético e filosófico, valendo-se da tradição humanista e do marxismo em suas diversas vertentes, especialmente a do filósofo húngaro Georg Lukács, em seu retorno Coutinho passa a desenvolver estudos mais diretamente políticos, à luz dos ensinamentos de Antônio Gramsci e, em especial, dos eurocomunistas italianos. A subversão que o ensaio de 79 causou nos termos do debate acerca dos caminhos para o socialismo, tal como se dava até então nos meios

pecebistas, rendeu a Coutinho não poucas críticas e, ao limite, foi um dos elementos responsáveis por sua saída daquele partido.

Em 1983, Coutinho iniciou suas atividades na área do magistério superior, nas Faculdades Integradas Bennett, na cidade do Rio de Janeiro. Já em 1986, valendo-se dos estudos que realizava para elaborar sua tese de doutorado sobre Antônio Gramsci, Coutinho passou em um concurso na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Inscrito com “notório saber” reconhecido pela Universidade, Coutinho obteve, além do cargo de professor, o título de livre docente, concluindo seus planos de pós-graduação, arquitetados desde o período do refúgio.

Saiu do PCB em 1982, ingressando nos quadros do Partido dos Trabalhadores em 1989, agremiação da qual se desligou em 2003. Desde 2004 está nas fileiras do Partido Socialismo e Liberdade. Além de professor titular de Teoria Política e de Formação Social do Brasil na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro fundador do PSOL e integrante do conselho político do jornal *Brasil de fato*, Coutinho é, desde 2003, diretor da Editora da UFRJ.

Dado ser o capitalismo um modo de produção que se põe e reproduz enquanto universalidade, isto é, em âmbito mundial, trata-se de saber qual é a sua forma particular de entificação em nosso país. Ao envolver o processo de constituição das classes sociais nacionais, bem como seu modo particular de ser, o nosso tema comporta determinações relevantes para a compreensão do processo de mundialização do capital atualmente em curso, ainda que, evidentemente, não seja suficiente para seu entendimento. Referimo-nos aqui, em especial, ao modo de ação da burguesia brasileira, elemento fundamental para compreender sua posição no movimento mundial das trocas.

A relevância deste trabalho na atualidade revela-se ainda pelo fato de constituir tratamento do quadro condicionante de questões nacionais não resolvidas, ou solucionadas de modo incompleto, dimensão na qual o problema da democracia emerge como o mais emblemático. Desta forma, apesar de vivermos em uma quadra histórica de afirmação do processo de

mundialização do capital, um fenômeno que certamente altera de modo geral os quadros nacionais entificados de formas particulares, o tema das vias particulares de desenvolvimento do capitalismo mantém sua pertinência.

Em sua formulação originária, nosso tema tem suas raízes nos escritos de Marx e Engels sobre o capitalismo alemão, cujo desenvolvimento, comparado aos casos francês e inglês, se desenrola com atraso. Presença precoce e constante na obra destes pensadores, o tema da entificação *tardia* do capitalismo na Alemanha, sintetizado na expressão “miséria alemã”, constitui o quadro históricossocial da colocação atrasada e apoucada de diversos problemas e desafios. Entre estes, destaca-se o da “emancipação política”. Tendo seu desenvolvimento econômico se processado de modo tardio, a burguesia alemã se vê em um cenário no qual a opção pela aliança com as classes subalternas na luta contra os setores mais retrógrados se mostra arriscada, haja vista que nos vizinhos modernos o proletariado já explicita seu potencial revolucionário. Desta forma, ao abdicar de seu domínio político em favor da nobreza, conforma-se na condição de burguesia politicamente incompleta, deixando inacabada a tarefa da emancipação política.

Retomando o legado de Marx e Engels para pensar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin vislumbrou duas possibilidades de seu processamento no campo. No “caminho do tipo prussiano”, o latifúndio feudal é paulatinamente convertido em empresa burguesa, um processo lento e de resultados catastróficos para o campesinato. Já no “caminho de tipo norte-americano”, ou não existe o domínio latifundiário ou, existindo, é destruído pela revolução, que fragmenta a propriedade feudal em pequenas unidades camponesas, patrocinando um desenvolvimento mais rápido e benéfico ao conjunto do campesinato. Referindo-se ao conteúdo destas formas de evolução agrária burguesa, Lenin afirma que, no caminho prussiano “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-júnkers”; já no caminho norte-americano, “o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”<sup>1</sup>

De posse deste instrumental marxista acerca da evolução do capitalismo, o filósofo húngaro Georg Lukács buscou compreender as objetivações estéticas e filosóficas de origem alemã a partir do contexto históricossocial engendrado pelo caminho prussiano. Preocupado com as relações entre o desenvolvimento histórico particular da Alemanha e a filosofia irracionalista, Lukács elaborou um dos mais complexos quadros daquele itinerário ao concretar historicamente a afirmação geral segundo a qual “a tragédia do povo alemão (...) consiste em haver chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento da moderna burguesia”.<sup>2</sup> Já no âmbito estético, destaca-se na produção do filósofo húngaro a percepção de que aquela rota de objetivação do capitalismo provocou na literatura, além de uma fragilidade em seus vínculos com a vida, a falta de continuidade em seu desenvolvimento. Tais fenômenos, percebidos através da comparação com o quadro francês, decorrem, de acordo com Lukács, das condições desfavoráveis nas quais se deu a fundação da nação alemã, a saber, a desconexão entre este processo e o “progresso da humanidade” e a ausência de “iniciativas ativas das massas populares”.<sup>3</sup>

Com um arcabouço conceitual próprio, também Antônio Gramsci trabalhou com a ideia de um processo particular de evolução do capitalismo, neste caso centrada no processo de unificação italiano, o chamado *Risorgimento*. A preocupação de Gramsci é recuperar o histórico de vicissitudes da formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”, que pudesse impulsionar o “povo-nação” à fundação de um Estado. No quadro resultante de tal estudo, vislumbra-se um processo no qual o conceito de “revolução passiva”, tomado de empréstimo do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, emerge como síntese de um empreendimento tardio. Analiticamente desenhado em contraposição à radicalidade do caso francês e tendo como agente uma burguesia débil, o processo se desenrola como resposta ao “subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”.<sup>4</sup> Deste modo, a “corrosão reformista” da velha ordem, além de impedir a participação e desenvolvimento das classes

subalternas, mantém as posições econômica e política das velhas classes feudais.

Já em terras brasileiras, de um modo geral, as iniciativas no sentido de captar a forma particular de desenvolvimento capitalista consistiram, na órbita do Partido Comunista Brasileiro, de esforços compreendidos no interior das tentativas mais amplas de dar conta da velha e conhecida tarefa de examinar a realidade brasileira para, a partir do diagnóstico realizado, propor os passos que levariam nossa sociedade a um novo patamar histórico, fosse este imediatamente socialista ou democrático-burguês.

Em sua formulação leniniana, o conceito de caminho prussiano talvez tenha sido utilizado explicitamente pela primeira vez por João Amazonas, por ocasião dos debates preparatórios do V Congresso do PCB, em 1960. Denunciando como “confusa e de direita” a linha do Partido Comunista expressa na “Declaração de março de 1958 e nas Teses” para discussão do congresso, Amazonas esforça-se por evidenciar que não há vínculo necessário entre o desenvolvimento do capitalismo e a superação dos “restos feudais” e da dependência do país ao imperialismo. De acordo com o dirigente comunista, ainda que defendam certas posições progressistas, os setores ascendentes mais importantes da burguesia nacional conciliam-se com o imperialismo. Quanto ao latifúndio, Amazonas aponta que “o capitalismo, seguindo o caminho prussiano, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio”. Desta feita, ao denunciar o que entende serem “premissas e conclusões idealistas” no interior do PCB, Amazonas aponta para um caminho no qual o capitalismo pode crescer sem, necessariamente, forcejar a emergência de um regime político democrático e independente.<sup>5</sup>

Ainda no contexto dos debates preparatórios do V Congresso do PCB, Alberto Passos Guimarães também evidenciou estar cômico das reflexões de Lenin sobre as vias de desenvolvimento capitalista no campo. A preocupação central presente na intervenção de Guimarães consiste em demonstrar que no campo brasileiro a luta de classes apresenta não duas, como na Rússia de Lenin, mas três frentes de luta, quais sejam: a do camponês em geral contra o sistema imperialista; a dos camponeses contra

os restos do feudalismo e do latifúndio; a dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os grandes proprietários de terra. Descrito este cenário, tratava-se de identificar os possíveis caminhos de desenvolvimento do capitalismo no campo. É neste âmbito que Guimarães defende, em oposição “ao curso reformista que consiste nas transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime”, o “caminho revolucionário”, que resulta na “destruição dos laços com o feudalismo” e “das formas pré-capitalistas”, expressando “um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa”.<sup>6</sup> Ainda que não use a expressão via prussiana, Guimarães está claramente ancorado n’*O programa agrário da social democracia russa*, o texto leniniano que mais serviu aos que pensaram a realidade brasileira à luz daquela rota.

Dois anos depois, foi a vez de Nelson Werneck Sodré fazer referência à forma específica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Preocupado com a *Formação histórica do Brasil*, Sodré assevera que “as contradições entre forças produtivas e relações de produção” no Brasil fornecem a caracterização de “um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido”.<sup>7</sup> Muito embora Sodré não dê nome ao “estudioso” a quem faz referência, é provável que se trate de Lenin, haja vista o fato de a passagem ser dedicada às relações de propriedade no campo, exatamente o âmbito no qual o pensador russo vislumbrou a possibilidade de uma modalidade não clássica de desenvolvimento capitalista.

As referências sobre o tema das vias de desenvolvimento do capitalismo se multiplicam no Brasil ao longo dos anos 70. Em artigo publicado na revista *Debate* em 1971, João Quartim de Moraes se valeu da noção de uma “reforma agrária ‘prussiana’” para caracterizar “o enfraquecimento gradual da velha oligarquia latifundiária em proveito da moderna grande empresa capitalista no campo”.<sup>8</sup> No ano seguinte, na revista

*Afrique-Asie*, Moraes utilizou o conceito de via prussiana para definir a solução aos impasses colocados aos usineiros do Nordeste pela concorrência dos capitalistas agrários paulistas, isto é, o conceito caracterizava então a proteção dos interesses dos primeiros, sem que, para isso, fosse revolucionado o fator trabalho, mercadoria cujo baixo preço não tornava interessante aos usineiros a sua substituição por máquinas.<sup>9</sup>

Elevando a conceito reflexões desenvolvidas desde finais da década de 60, o filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho, em ensaio de 1974, engrossou as fileiras daqueles que recorreram a Lenin no estudo da história brasileira. De acordo com Coutinho, “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ para o capitalismo”.<sup>10</sup>

Inicialmente dirigido à análise literária, este diagnóstico seria desdobrado nas décadas seguintes, com o recurso aos escritos de Lukács sobre a mesma via prussiana e às anotações carcerárias de Gramsci acerca da revolução passiva, a fim de abarcar a compreensão do quadro condicionante das esferas cultural e política. Neste seu esforço de reconstrução da história brasileira, cujo resultado poderíamos, seguindo a lógica do próprio autor, chamar de “imagem do Brasil”, Coutinho se apoia também, ainda que de modo secundário, no trabalho de Barrington Moore Jr. sobre *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

Coube ao economista Ivan de Otero Ribeiro, especialmente no artigo *A agricultura e o capitalismo no Brasil* (1975), dar sequência ao tema em questão. Para demonstrar o desacerto da interpretação segundo a qual a estrutura arcaica da propriedade da terra constitui obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Ribeiro passa em revista elementos que possam ajudar na explicação das razões dos equívocos de previsão envolvidos naquela interpretação errônea. Entre estes elementos, está o modo de evolução da economia nacional, em especial o setor agrícola. O economista relaciona os apontamentos leninianos acerca das vias prussiana e americana à contraposição realizada pelo historiador japonês

Kohachiro Takahashi entre os modelos de desenvolvimento capitalista seguidos por Inglaterra e França de um lado, e o de Japão e Prússia de outro, para afirmar, na sequência, que “os aspectos fundamentais da história econômica brasileira parecem indicar que o modelo de transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se mais da ‘via prussiano-japonesa’”.<sup>11</sup> Sempre ressaltando o caráter *aproximativo* da referência, o economista carioca entende que toda a América Latina (com exceção do México) seguiu o caminho prussiano, sendo o Brasil o lugar no qual sua vigência “se fez sentir com mais força”.<sup>12</sup> Cabe assinalar que Ribeiro fala também de uma “modernização conservadora” e “excludente” ao caracterizar o processo em curso na agricultura a partir do final dos anos 60, uma noção que seria de uso corrente nas discussões sobre os processos de transformação ocorridos no Brasil.<sup>13</sup>

Em 1976 Luiz Werneck Vianna mobilizou novas referências sobre os modos de desenvolvimento do capitalismo, em sua tentativa de compreender o processo de modernização brasileiro pós-1930. Além da via prussiana de Lenin, Vianna se vale do conceito análogo de “revolução pelo alto”, elaborado por Barrington Moore Jr. no intuito de diferenciar a “via reacionária” de transformação burguesa adotada por Japão e Alemanha em relação àquelas seguidas por Inglaterra, França e EUA de um lado, e Rússia e China de outro. Segundo Vianna, a ausência no Brasil de um “campesinato dinâmico”, consequência da incipiência de sua vida mercantil, impossibilitou uma resolução da questão agrária “à americana”. O processo se deu, ao contrário, no sentido da conversão em capitalistas dos grandes proprietários de terra, exportadores ou não. No pós-30, ainda de acordo com o autor, o comando político passa ao setor agrário não exportador, o qual empreende então um processo de modernização econômica através da intervenção política. A esta “revolução pelo alto” corresponderia uma “revolução passiva” ou “revolução sem revolução”, isto é, a manutenção, em essência, do sistema político. Aqui Vianna amplia ainda mais o leque referencial, trabalhando com dois conceitos utilizados por Gramsci, entre outros momentos, em suas notas sobre a unificação italiana.<sup>14</sup>

Em seu *O integralismo de Plínio Salgado* (1978), o filósofo paulista José Chasin retomou os apontamentos de Marx, Engels, Lenin e Lukács a fim de compreender a via de objetivação do “verdadeiro capitalismo” (industrial) no Brasil. Chasin esclarece que, em sua abordagem, a via prussiana é tomada como “referencial exemplar”, importando-lhe analiticamente na qualidade de “*particular contrastante aos casos clássicos*”, ou seja, o caminho prussiano é adotado em função de “certas determinações gerais” (comuns à Alemanha e ao Brasil), a saber: a grande propriedade rural; o reformismo pelo “alto” nos processos de modernização e a consequente conciliação das classes dominantes no plano político; a lentidão na implantação e desenvolvimento do capitalismo. Retidas estas determinações que nos afastam dos casos clássicos, Chasin empreende a concreção que diferencia o caso brasileiro do prussiano: se neste último a grande propriedade tem sua origem na “característica propriedade feudal posta no quadro europeu”, aqui ela se coloca “no universo da economia mercantil pela empresa colonial”; no caso prussiano a industrialização se dá nas “últimas décadas do século XIX” e eleva a Alemanha à configuração Imperialista, enquanto no Brasil este processo se dá “já num momento avançado da época das guerras imperialistas”, sem que isso possibilitasse o rompimento de “sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que *o ‘verdadeiro capitalismo alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio*”. Tendo em vista as distinções entre os dois caminhos, as quais o autor sugere não se esgotarem nas referidas, Chasin prefere falar de “*via ou caminho colonial*” para definir o caso brasileiro.<sup>15</sup>

Em sua tese de doutoramento, apresentada em 1983, o cientista político Marco Aurélio Nogueira, preocupado em “compreender – em seus nexos internos e em suas relações com a vida – a aventura intelectual de Joaquim Nabuco”, fez *alusão* a um “prussianismo” em nossa evolução histórica. Valendo-se principalmente da ideia de “modernização conservadora”, em seu entender uma síntese da “revolução burguesa sem burguesia e antidemocrática”, Nogueira chega à conclusão de que o

pensamento de Nabuco constitui “reflexo mediatizado do nosso evoluir histórico, representação do ‘prussianismo’ inscrito em nossa marcha para o progresso”.<sup>16</sup>

É justamente a antiguidade e multiplicidade de abordagens do tema em questão, evidentes nesta breve recapitulação, que nos leva ao descarte da ideia inicialmente posta ao presente trabalho, a saber, a de analisar o *conjunto* das abordagens que postulam a via prussiana como sendo o caso da constituição histórica brasileira. Esta opção decorre, evidentemente, dos limites próprios a este tipo de trabalho, pois, entre fazer uma mera compilação das diversas maneiras pelas quais uma tese foi defendida – único horizonte possível, dados os limites aludidos –, e tratar de modo mais sistemático o pensamento de um único autor, podendo acompanhar mais detidamente o espriar dos aspectos históricos captados para todo o campo dos apontamentos políticos, a escolha nos pareceu relativamente fácil.

Feita a opção pelo recorte, há que se explicar a seleção de Carlos Nelson Coutinho em meio ao rol de autores que trabalharam o tema da via prussiana e da revolução passiva no Brasil. A este respeito, a opção pauta-se, antes de tudo, no fato de que a maioria dos autores elencados se vale dos conceitos em questão apenas de modo tópico, sem maiores implicações em relação ao foco de seus trabalhos, sendo o trabalho de Coutinho um dos mais sistemáticos em relação ao problema em questão. Ainda neste sentido, há que se destacar que “a utilização política mais influente do conceito de via prussiana está no artigo de C. N. Coutinho ‘A democracia como valor universal’ (...), o texto mais lido e debatido pela esquerda na década de 80”.<sup>17</sup>

A opção por Coutinho pauta-se também na relevância norteadora conquistada pelas suas posições políticas, facilmente observável na já aludida repercussão do artigo vindo à luz no ano de 1979, *A democracia como valor universal*. Convertido em livro de mesmo nome no ano seguinte, este ensaio conheceu ainda uma reedição em 1984, uma republicação parcial sob os cuidados de Michael Löwy em 1999 e o retorno do filósofo baiano às suas indagações nos livros *Democracia e socialismo* (São Paulo,

Cortez/Autores Associados, 1992) e *Contra a corrente* (São Paulo, Cortez, 2000).

Deve-se ressaltar ainda, além da relevância do autor nas discussões internas das agremiações políticas de que participou (esgrimista no campo da crítica cultural dentro do PCB, militante eurocomunista no PT e fundador do PSOL), seu papel pioneiro na introdução de trabalhos de pensadores do talhe de Antonio Gramsci e Georg Lukács no país. Este esforço se coaduna com o já referido trabalho árduo e competente de tradutor exercido por Coutinho.

Acerca da forma de abordagem, entendemos ser a “*análise imanente* ou *estrutural*” a via mais apropriada de acesso ao corpus teórico coutiniano. Trata-se de um procedimento que, na formulação de um de seus praticantes em terras brasileiras:

(...) adquire articulação e identidade pela condução ininterrupta de uma analítica matrizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido.<sup>18</sup>

Na sequência desta definição, temos ainda a evidenciação do núcleo da proposta em tela:

A alma analítica de uma proposta de tal vulto é sua propulsão categórica à objetividade, a *intentio recta* de apreender o texto na forma própria à objetividade de seu discurso, ou seja, na efetividade de uma entificação peculiar, cuja identidade é resultante da síntese de suas imanentes e múltiplas determinações ideais, que o configuram na qualidade de um corpo de argumentos estável e inconfundível, que independe para *ser* discurso – precisamente *este*, e não qualquer outro discurso – dos olhares, mais ou menos destros, pelos quais os analistas se aproximam dele e o abordam.<sup>19</sup>

Cabe-nos, no sentido desta atilada proposição, o esquadrihar dos textos em que o autor expressa suas posições, o que nos permitirá apreender não só o sentido imanente de seus conceitos, mas também a teia resultante de suas articulações.

Intentamos, portanto, uma análise baseada na leitura do próprio autor, com o máximo respeito à sua própria letra e textos, ainda que não nos

furtemos, nos casos necessários, de apontar conjunturas *histórico-sociais* que porventura intervenham na trajetória intelectual em pauta, tisonando sua “pureza teórica”. Também não nos furtaremos de apontar as conjunturas *teóricas* externas à obra em causa que tenham relevância significativa na configuração desta última. Esta preocupação com o contexto *histórico-referencial*, cenário responsável tanto pela impulsão quanto pelos limites de qualquer intelectual, refere-se à averiguação da *gênese histórica* do discurso de Coutinho.

Completa o quadro de norteadores metodológicos gerais o compromisso de apreensão da *função social* das posições coutinianas no plano sócio-político. Isto é, tentaremos captar e expor o papel que exercem ou sinalizam no campo político da esquerda brasileira.

## NOTAS

\* Mestrando no programa de pos em historia da PUCSP. Orientando da Prof Dra. Vera Lucia Vieira. E-mail: vladmirluis@yahoo.com.br

1 Lenin, *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980, p. 30.

2 Lukács, *El asalto a la razón*, Barcelona-México, Grijalbo, 1968, p. 29.

3 Cf. Lukács, *Goethe y su época*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

4 Gramsci, *Introdução à filosofia*; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 393. A esse respeito, também podem ser consultados os textos *O risorgimento: notas sobre a história da Itália* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002 e *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

5 Cf. J. Amazonas, “Uma linha confusa e de direita”, *Novos Rumos*, 10 a 16 jun. 1960, p. 10.

6 A. P. Guimarães, “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro”, *Novos rumos*, edições de 22 a 28 jul. 1960 e de 29 set. a 4 ago. 1960.

7 N. W. Sodré, *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 355.

8 J. Q. de Moraes, “O programa nacional-democrático”, in: \_\_\_\_ & M. Del Roio, *História do marxismo no Brasil: visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000, p. 223.

9 *Idem*.

- 10 C. N. Coutinho, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, *in: \_\_\_\_\_ et al., Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 3.
- 11 I. de O. Ribeiro, “A agricultura e o capitalismo no Brasil”, *in: \_\_\_\_\_, Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 59.
- 12 *Idem*, “A importância da exploração familiar camponesa na América Latina”, *in: \_\_\_\_\_, Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 162-166.
- 13 *Ibidem*.
- 14 Cf. L. W. Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 128-141.
- 15 J. Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, Ad Hominem, 1999, p. 572-575.
- 16 M. A. Nogueira, *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 225.
- 17 C. Frederico, “A recepção de Lukács no Brasil”, *Herramienta revista de debate y crítica marxista*, 2007, s/p.
- 18 J. Chasin, *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo, 2009, p. 25.
- 19 *Idem, Ibidem*.